



Universidade Federal de Pernambuco-UFPE  
Centro Acadêmico de Vitória- CAV  
Curso de Licenciatura em Educação Física

Claudiana Rodrigues da Silva

**CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: UM OLHAR  
ATRAVÉS DA LEGISLAÇÃO.**

Vitória de Santo Antão

2015

Claudiana Rodrigues da Silva

**CONSTITUIÇÃO HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR: UM OLHAR  
ATRAVÉS DA LEGISLAÇÃO.**

Trabalho de conclusão de curso  
submetido à Universidade Federal de  
Pernambuco como requisito para  
obtenção do Grau de Licenciatura em  
Educação Física.

Orientador: Renato Saldanha  
Coorientadora: Isabelle Sercundes

Vitória de Santo Antão

2015

Catálogo na Fonte  
Sistema de Bibliotecas da UFPE. Biblioteca Setorial do CAV.  
Bibliotecária Ana Ligia Feliciano dos Santos, CRB4: 2005

S586c Silva, Claudiana Rodrigues da.

Constituição histórica da educação física escolar: um olhar através da legislação./ Claudiana Rodrigues da Silva. Vitória de Santo Antão: O Autor, 2015.  
24 folhas.

Orientador: Renato Saldanha.

Coorientador: Isabelle Sercundes.

TCC (Graduação) – Universidade Federal de Pernambuco, CAV, Licenciatura em Educação Física, 2015.

Inclui bibliografia.

1. Educação Física Escolar. 2. Educação Física Escolar - Legislação. 3. História. I. Saldanha, Renato (Orientador). II. Sercundes, Isabelle (Coorientador). III. Título.

797.083 CDD (23.ed.)

**BIBCAV/UFPE-046/2015**

Constituição Histórica da Educação Física Escolar:

Um olhar através da Legislação.

TCC apresentado ao Curso de Educação Física da Universidade Federal de Pernambuco, Centro Acadêmico de Vitória, como requisito para a obtenção do título de Graduação em Licenciatura em Educação Física

Aprovado em: 09 / 07 / 2015.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profº. Me. Renato Machado Saldanha (Orientador)

Universidade Federal de Pernambuco

---

Profº. Dr. Marco Antônio Fidalgo Amorim (Examinador Interno)

Universidade Federal de Pernambuco

---

Profº. Ma. Alessandra Maria dos Santos (Examinador Externo)

Universidade Federal de Pernambuco

## **AGRADECIMENTOS**

Meus sinceros agradecimentos a todos aqueles que de alguma forma doaram um pouco de si para que a conclusão deste trabalho se tornasse possível.

A Deus, por acreditar que nossa existência pressupõe outra infinitamente superior.

Ao meu orientador Msc. Renato Machado Saldanha, pelo auxílio, disponibilidade de tempo e material, sempre com uma simpatia contagiante e pelo fornecimento de material para pesquisa do tema.

A minha companheira Isabelle Sercundes, por acrescentar razão e beleza aos meus dias.

Aos meus pais, pelo exemplo, amizade e o carinho.

A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar. *Eduardo Galeano*

## RESUMO

O presente trabalho acadêmico tem como objetivo geral compreender a trajetória da Educação Física através da legislação, aprendendo os diversos conceitos e significados atribuídos a Educação Física Escolar em diferentes momentos históricos, pontuando momentos importantes para Educação Física Brasileira na perspectiva da legislação. Através dessa pesquisa, classificada como bibliográfica e tem como alicerce maior a obra “Coletivo de Autores”, podemos entender a importância de uma disciplina que migrou de atividade complementar na época da reforma para o ensino primário feita por Couto Ferraz em 1851 até ocupar o patamar de disciplina curricular com a LDB de 1996. No decorrer desses documentos percebemos que sua utilização teve um caráter fortemente voltado para os fins políticos. O marco principal para a disciplina se faz presente na LDB (1996) e nos PCNs (1998) que norteiam a Educação Física Escolar de forma a pensar que existe produção de conhecimento e reflexão dentro de suas práticas.

**Palavras-chave:** Educação Física Escolar. Legislação. História.

## **ABSTRACT**

This academic work has the general objective to understand the trajectory of physical education through legislation, seizing the various concepts and meanings assigned to physical education in different historical moments, scoring important moments for Brazilian Physical Education from the perspective of law. Through this research, classified as bibliographic and its largest foundation's work "Group of Authors", we can understand the importance of discipline that migrated from further activity at the time of reform for primary education made by Couto Ferraz in 1851 to occupy the plateau of curricular subject with the LDB 1996. During these documents realize that its use had a strongly oriented character for political purposes. The main milestone for the discipline is present in the LDB (1996) and PCNs (1998) that guide the physical education in order to think that there is production of knowledge and reflection within their practices.

**Keywords:** Physical Education. Legislation. History.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	8
<b>2 OBJETIVOS</b> .....	9
2.1 Objetivo GERAL .....	9
2.2 Objetivos Específicos .....	9
<b>3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....	10
3.1 ANALISE DE DADOS .....	10
3.2 REFORMA COUTO FERRAZ (1851) E REFORMA RUI BARBOSA (1882) .....	11
3.3 CONSTITUIÇÃO FEDERAL .....	12
3.4 ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - ECA (1990) .....	13
3.5 LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO (LDB) .....	14
3.5.1 LDB DE 1961 (versão nº 4.024) .....	14
3.5.2 LDB DE 1971 (Lei nº 5.692) .....	15
3.5.3 PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS – PCN's (1997) .....	17
<b>4 METODOLOGIA</b> .....	19
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	20
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	21

## 1 INTRODUÇÃO

A história da jovem disciplina de Educação Física, tem vários momentos que pontuam e refletem diretamente em sua metodologia de ensino, desde sua introdução como simples atividade até seu momento atual.

Contudo, compreender a estruturação no decorrer dos anos irá nos ajudar a entender como teoricamente as aulas foram balizadas e como a legislação orientou a prática docente ao longo do tempo. Ao associarmos a legislação a cada momento histórico-político do Brasil, passaremos a compreender as intencionalidades que a disciplina carregou por muito tempo (e talvez, ainda carregue).

Para uma disciplina que traz o estigma de ser meramente recreativa, ela teve e tem um papel fundamental dentro da escola. Tais questões surgem a partir de inquietações expostas na troca de experiências com profissionais da área de Educação Física.

Estruturar o que e como se pretende ensinar em qualquer disciplina é algo básico, que indica em quais pensamentos e intenções teóricas vão alicerçar as aulas dos discentes (COLETIVO DE AUTORES, 1992, p.41). Essas intencionalidades sugerem um olhar minucioso através da legislação. As correntes europeias alicerçaram a Educação Física Brasileira e tiveram uma forte influência sobre as práticas da disciplina na escola, a corrente francesa teve uma grande importância, vindo dela as primeiras excitações que compuseram as bases da Educação Física no Brasil, como afirma Marinho (1983).

## **2 OBJETIVOS**

### **2.1 OBJETIVO GERAL**

Compreender a trajetória da Educação Física através da legislação.

### **2.2 Objetivos Específicos**

- Aprender os diversos conceitos e significados atribuídos a Educação Física Escolar em diferentes momentos históricos.
- Compreender a importância da LDB e dos PCN's para a mudança conceitual e prática da Educação Física Escolar.
- Conscientizar quanto à necessidade da aplicabilidade das mudanças ocorridas.

### 3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A Educação Física faz parte do currículo de disciplinas obrigatórias do nosso ensino formal, entre suas particularidades podemos entender que a prática caminha com a teoria e elas não se espaçam. Na atualidade temos como sugestão de blocos de conteúdos: ginástica, danças, lutas e jogos, mas nem sempre foi assim. Ao buscar um entendimento da aplicação da Educação Física no decorrer do tempo iremos entender qual o viés que ela foi trabalhada.

#### 3.1 ANÁLISE DE DADOS

Partindo da premissa de que toda prática advém de concepções pré-estabelecidas, que, por sua vez, são influenciadas por uma conjuntura econômica, social e política, Coletivo de Autores (1992), ressalta que: “Os conteúdos são conhecimentos necessários à apreensão do desenvolvimento sócio histórico das próprias atividades corporais e à explicitação das suas significações objetivas”. Diante desta assertiva, ilustramos, a seguir, uma das concepções mais atuais que se tem sobre a Educação Física Escolar:

Crianças eufóricas, esperando o sinal tocar para o professor ir buscá-las. É provável que isso não aconteça na aula de cálculo ou de português. O caminho até o pátio ou quadra nunca se apresentou de forma tão agradável.

E o professor? Sempre bem vestido com roupas descoladas, tênis da moda e corpo atlético que compõe o modelo de saúde e disposição. Sempre com seu apito no peito prestes a ser soado carregando a marca e status de autoridade, dispensando palavras é claro! Em meio a tanta harmonia, eis que surgem os atropelos. Como ofertar os conteúdos de forma igualitária para ambos os sexos e sem medir capacidades físicas dos discentes?.

Entendendo que estamos tratando com uma disciplina curricular com as mesmas intencionalidades que as demais, as barreiras começam a surgir. Meninas sentadas, gordinhos no gol, os menos habilidosos como plateia e algumas meninas que arriscam jogar queimado ou vôlei, é com esse cenário que facilmente nos deparamos nas aulas de educação.

Segundo Marinho(1983) dar voltas na quadra por certo desenvolve apenas a resistência aeróbica, algo que não tem significado em nossa vida cotidiana, pois não promove um significado intelectual ou afetivo, as tarefas se repetem e corremos o risco efetivo de não produzir conhecimento útil dentro das aulas de Educação Física.

É recorrente o depoimento de pessoas que passam pelo ensino básico e descrevem a aula de Educação Física de forma parecida a descrita acima. Um momento agradável para poucos e traumático para muitos.

Para iniciar o entendimento em relação à disciplina de Educação Física em nosso país e como ela chega no século XXI, iremos percorrer a Legislação oficial para melhor elucidar essa trajetória e tentar entender sob quais influências ela foi encaminhada, a saber: Reforma Couto Ferraz, Constituição Federal(1988),ECA( *Estatuto da Criança e do Adolescente,1990*), LDB( *Lei de Diretrizes e Bases da Educação-1996*) PCNs ( *Parâmetros Curriculares Nacionais - 1997*).

### 3.2 REFORMA COUTO FERRAZ (1851) E REFORMA RUI BARBOSA (1882)

Conforme registros oficiais, consta que a trajetória da Educação Física se inicia no Brasil em 1851, com a reforma Couto Ferraz. No Brasil Império, a Educação Física era aplicada com a intenção de movimentar o corpo e a mente. Trabalhava-se muito em parceria com a Moral e Cívica, pois tinha em sua essência a *apuericultura* – ciência que reúne todas as noções (fisiologia, higiene, sociologia); suscetíveis de favorecer o desenvolvimento físico e psíquico das crianças, desde o período da gestação até a puberdade.

Neste período a Educação Física estava ligada a propósitos medicinais e militares, entendendo que seria importante seguir alguns modelos aplicados na Europa, mas a Educação Física aparecia de forma muito tímida e pouco prática no período do Brasil Império, destaca (RAMOS,1982).

Em uma nova reforma, posteriormente realizada, pelo então Deputado Federal Rui Barbosa, em 1882, a prática da Educação Física tinha sua importância não com o intuito de formar acrobatas nem Hércules, mas dar as crianças condições

mínimas de repertório motor como elemento imprescindível para a formação integral da juventude. Houve uma recomendação para que a ginástica fosse obrigatória, para ambos os sexos, e que fosse oferecida para as Escolas Normais. Todavia, a implantação, de fato, dessas leis ocorreu apenas em parte, no Rio de Janeiro (então capital da república) e nas escolas militares.

Algo bem particular da Reforma Couto Ferraz foi sua ótica relacionada à mulher o que não era nada espantoso para época. A prática de exercícios no caso das mulheres tinha o propósito de auxiliar nas suas formas femininas e exigências da maternidade sem afetar sua doçura. Já para os meninos a ginástica era composta de exercícios militares, tendo em vista sua eficácia na educação do caráter. A Educação Física dessa época enfrenta resistência por estar associada ao trabalho braçal, estigma de uma sociedade escravocrata que ligava a esse tipo de atividade a pessoas que não possuíam conhecimento intelectual (CASTELLANI FILHO, 1998).

### 3.3 CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Datada de 1988, é formada por um conjunto de leis, normas e regras de um país ou de uma instituição. A Constituição Federal regula e organiza o funcionamento do Estado. Tem o poder de lei máxima que limita poderes e define os direitos e deveres dos cidadãos. Onde nenhuma outra lei no país pode entrar em conflito com a Constituição.

Nos trechos separados para análise é notória a preocupação em destinados recursos ao desporto educacional, essa ideia concebe de um pensamento voltado para esportivização no ambiente escolar, como coloca Marinho (2009) “Quando se fala em esporte, não se pode deixar de enxergá-lo em sua dimensão pedagógica e, como a educação é um bem cultural, a prática esportiva é muito mais que simples deslocamentos pelo espaço, saltando, nadando e batendo recordes”, e é com esse pensamento que refletimos a garimpagem de atletas dentro na escola.

A Educação Física escolar, já foi confundida com o treinamento esportivo de maneira equivocada, entre as décadas de 60 e 70 atendendo aos interesses político,

visando se beneficiar desta condição. Desta forma, o esporte foi desenvolvido no âmbito escolar de maneira tecnicista sendo aplicado desde as primeiras séries do ensino fundamental (KUNZ, 2000).

Na Seção III - Do Desporto Art. 217. É dever de o Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um, observados: I - a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento; II - a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento; III - o tratamento diferenciado para o desporto profissional e o não profissional; IV - a proteção e o incentivo às manifestações desportivas de criação nacional. § 1º O Poder Judiciário só admitirá ações relativas à disciplina e às competições desportivas após esgotarem-se as instâncias da justiça desportiva, regulada em lei. § 2º A justiça desportiva terá o prazo máximo de sessenta dias, contados da instauração do processo, para proferir decisão final. § 3º O poder público incentivará o lazer, como forma de promoção social. **Art. 24.** Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: IX - educação, cultura, ensino e desporto.

Nos Recortes acima os textos evidenciam a notória preocupação em destinar recursos públicos para fomentar a prática esportiva tanto no âmbito escolar como fora dele .

### 3.4 ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - ECA (1990)

Instituído pela Lei 8.069, em 13 de julho de 1990, vem regulamentar os direitos das crianças e dos adolescentes e toma como base os preceitos advindos da Constituição Federal de 1988. Nos Art. 4º, 16º e 71º evidenciando-se referências às práticas pertinentes à Educação Física, onde leva a comprovar o legado da esportivização no país. Onde, o legado acaba por ser garantido dentro do espaço escolar. “Se aceitamos o esporte como fenômeno social, tema da cultural corporal, precisamos questionar suas normas, suas condições de adaptação à realidade

social e cultural da comunidade que a prática, cria e recria” (COLETIVO DE AUTORES, 1992)

Nesta análise endossamos o pensamento da forte presença do esporte, os docentes passam a permear a ideia que serão futuros atletas e as influências tecnicistas acabam fazendo parte do jogo que tem seu foco no desempenho. No Art. 4º, encontramos a afirmação de que “É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. No Art. 16º. O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos: IV - brincar, praticar esportes e divertir-se; e, no Art. 71º a criança e o adolescente têm direito à informação, cultura, lazer, esportes, diversões, espetáculos e produtos e serviços que respeitem sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

No que se refere à Educação Física trataremos desse documento por entender que ele se refere as práticas pertinentes a Educação Física em seus Artigos 4º, 16 e 71, nos três a prática de esportes é evidenciada, o que nos leva a comprovar o legado da esportivização em nosso país, esse legado acaba por ser garantido dentro do espaço escolar “Se aceitamos o esporte como fenômeno social, tema da cultura corporal, precisamos questionar suas normas, suas condições de adaptação à realidade social e cultural da comunidade que o pratica, cria e recria” (COLETIVO DE AUTORES, 1992).

### 3.5 LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO (LDB)

A LDB define e regulariza o sistema de educação brasileiro e toma como base os princípios presentes na Constituição Federal Brasileira tendo sua primeira versão em 1961, seguida por uma versão em 1971, até a sua formulação mais atual de 1996, sendo sancionada em 20 de dezembro, tendo como relator o senador Darcy

Ribeiro. Ao que compete a educação física traremos os pontos expostos nas três edições da LDB.

### 3.5.1 LDB DE 1961 (versão nº 4.024)

No século XX, em meados da década de 30, graças ao reordenamento político-social do país, buscou-se criar uma identificação do comportamento estereotipado, tanto para homens como mulheres, tentando criar uma identidade própria a busca de um eugenismo racial, através do adestramento físico, visando a segurança nacional e mão de obra preparada para a uma produção em massa.

No Período que compreende a pós 2ª Guerra Mundial, até meados da década de 1960 (mais precisamente em 1964, início do período da Ditadura Militar brasileira), a Educação Física nas escolas mantinha o caráter de aulas de ginástica calistênica.

A Educação Física é contemplada no artigo 22º e 63º, cujo texto é redigido da seguinte forma: Art. 22º. Será obrigatória a prática da educação física nos cursos primário e médio, até a idade de 18 anos. Sendo obrigatória a prática da educação física em todos os níveis e ramos de escolarização, com predominância esportiva no ensino superior. Redação dada pelo Decreto-Lei nº 705, de 1969.

No Art. 63º. Nas faculdades de filosofia será criado, para a formação de orientadores de educação do ensino médio, curso especial a que terão acesso os licenciados em pedagogia, filosofia, psicologia ou ciências sociais, bem como os diplomados em Educação Física pelas Escolas Superiores de Educação Física e os inspetores federais de ensino, todos com estágio mínimo de três anos no magistério Revogado pela Lei nº 5.692, de 1971 (BRASIL, 1961).

### 3.5.2 LDB DE 1971 (Lei nº 5.692)

No período do regime militar iniciado com o golpe em 1964, a Educação Física viveu seu momento mais “político” aqui no Brasil, o governo militar utilizava o esporte como ideologia para evidenciar o crescimento do país, “A influência do

esporte no sistema escolar é de tal magnitude que temos, então, (não o esporte da escola, mas o esporte na escola) Coletivo de Autores (1992). Usando as conquistas no esporte como forma de maquiar a inoperância administrativa e minimizar as críticas, mostrando a imagem de um país que dava certo, criando um falso clima de prosperidade e desenvolvimento. O conteúdo da Educação Física passa a ser o esporte, constituindo uma relação entre atleta e treinador.

O então presidente Emílio Garrastazu Médici governava o Estado que atingia o auge da ditadura militar período conhecido por anos de chumbo ea Educação Física sofreu seus reflexos evidenciado com a promulgação do decreto nº 69.450, de 1 de novembro de 1971, que regulamenta a atividade física como regular nas escolas brasileiras.

Outras determinações do esporte podem ser observadas nos princípios da racionalidade, eficiência e produtividade, os quais serviram para o reordenamento da Educação Física escolar. Esses princípios são advogados também no âmbito da pedagogia tecnicista, muito difundida no Brasil na década de 70.

Os pressupostos dessa pedagogia advêm da concepção de neutralidade científica e reforçam os princípios mencionados no âmbito mais geral do processo de trabalho escolar, fazendo-o objetivo e racional. Exemplo disso na Educação Física escolar é a divisão das turmas por sexo. Respalhada inclusive pela legislação específica.

O Decreto nº 69.450/71 em seu Art. 1º coloca que a educação física, atividade que por seus meios, processos e técnicas, desperta, desenvolve e aprimorar forças físicas, morais, cívicas, psíquicas e sociais do educando, constitui um dos fatores básicos para a conquista das finalidades da educação nacional. Enquanto que no Art. 2º, a educação física, desportiva e recreativa integrará, como atividade escolar regular, o currículo dos cursos de todos os graus de qualquer sistema de ensino. No

A LDB de 1996 sendo esta a versão mais atual Lei nº 9.394/96 de 20 de dezembro), traz em seu Art. 26. A disciplina passa a ser obrigatória e ganha importância se equivalendo as demais, esse documento deu um salto qualitativo a Educação Física Escolar garantindo seu espaço e importância, mesmo tendo muito a caminhar quando se trata de suas práticas ainda estigmatizadas por moldes antigos, nesse sentido o texto que se refere a dispensa para disciplina faz contra

mão a um novo olhar ,“Em contrapartida a facultatividade da Educação Física nos cursos noturnos indicava ainda algum resquício das concepções que orientavam as LDBs de 1961 e 1971”. Afirma Darido (2005).É inegável que as dispensas concedidas em seus textos se atrelam a uma percepção unicamente prática da disciplina, embora sabemos que a caminhada para desvencilhar velhos conceitos da Educação Física vem acontecendo dentro do espaço escolar.

§ 3º A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação básica, sendo sua prática facultativa ao aluno: (Redação dada pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003). I – que cumpra jornada de trabalho igual ou superior a seis horas; (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003).II – maior de trinta anos de idade; (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003).III – que estiver prestando serviço militar inicial ou que, em situação similar, estiver obrigado à prática da educação física; (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003).IV – amparado pelo Decreto-Lei nº 1.044, de 21 de outubro de 1969; (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003). V – (VETADO) (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003). VI – que tenha prole. (Incluído pela Lei nº 10.793, de 1º.12.2003)

### 3.5.3 PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS – PCN's(1997)

Dados de 1997, os Parâmetros Curriculares Nacionais foram elaborados buscando atender a pluralidade cultural de nosso país levando em consideração às mudanças existentes numa nação de proporções continentais. No documento que trata especificamente da educação física existe um norteamento que vai desde a história da educação física no Brasil e suas transformações mais relevantes até orientações como: conteúdos, temas transversais, avaliação.

Historicamente é constatado que sempre se priorizou na aplicação dos conteúdos da Educação Física a dimensão quase que exclusivamente procedimental. Tendo como maior mote de trabalho o esporte, ficando outras áreas de atuação esquecidas ou pouco vivenciadas. A partir da década de 80 começa no

Brasil uma intensa resistência ao conceito procedimental existente na metodologia até então aplicada, surgindo diferentes concepções pedagógicas que muito contribuiu para o crescimento pedagógico da Educação Física como área de estudo e conhecimento, dentre estas concepções citamos a: a Psicomotricidade; Desenvolvimentista; Saúde renovada; Críticas, até a mais atual os PCNS's. (BRASIL, 1997).

Cada uma dessas concepções pedagógicas contribuiu para um maior leque de atuação da Educação Física no processo de formação educacional das crianças brasileiras, deixando de ser mera esportivização para torna-se uma disciplina que trouxe contribuições fundamentais e essenciais na formação do cidadão brasileiro.

O ser humano, desde suas origens, produziu cultura. Sua história é uma história de cultura na medida em que tudo o que faz é parte de um contexto em que se produzem e reproduzem conhecimentos. O conceito de cultura é aqui entendido, simultaneamente, como produto da sociedade e como processo dinâmico que vai constituindo e transformando a coletividade à qual os indivíduos pertencem, antecedendo-os e transcendendo-os. Conforme registra (PCN 1997, p. 27).

Entende-se a Educação Física como uma área de conhecimento da cultura corporal de movimento e a Educação Física escolar como uma disciplina que introduz e integra o aluno na cultura corporal de movimento, formando o cidadão que vai produzi-la, reproduzi-la e transformá-la, instrumentalizando-o para usufruir dos jogos, dos esportes, das danças, das lutas e das ginásticas em benefício do exercício crítico da cidadania e da melhoria da qualidade de vida (PCN's, 1997 p.29).

## 4 METODOLOGIA

Esse estudo classifica-se como uma pesquisa do tipo bibliográfica e segue uma abordagem qualitativa, pois essa nos concede elementos para compreender as questões singulares que melhor possam responder às indagações acerca do objeto de pesquisa. Conforme Flick (2006, p. ),

[...] a pesquisa qualitativa é de particular relevância ao estudo das relações sociais devido à pluralização das esferas de vida. Diferentemente da pesquisa quantitativa, os métodos qualitativos, levam em consideração a comunicação do pesquisador com o campo empírico e seus membros, constituindo tal como parte fundante da produção de conhecimento, sem reduzi-la a uma variável intermédia.

A pesquisa se valerá da análise de documentos da legislação tais como Reforma Couto Ferraz (1851) Decreto No 69.450, de 1 de novembro de 1971. Constituição Federal (1988); ECA (1990); LDB (1996); PCN's (1998). Também buscando em livros e artigos que alicercem melhor a construção da disciplina de Educação Física do Brasil, a exemplo das obras :O que é Educação Física (Vitor Marinho de Oliveira) Metodologia do Ensino da Educação Física (Coletivo de Autores), A educação Física no Brasil (Lino Castellani Filho), Exercícios Físicos Na História e Na Arte (Jayr Jordão Ramos).

Para a análise dos dados buscaremos, então, elucidar a atmosfera política de cada momento histórico para uma melhor análise das concepções e significados que permearam a Educação Física Escolar da Reforma de Couto Ferraz (1851) até os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998).

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao percorrer a legislação que trata da inclusão da Educação Física no ambiente escolar, desde uma simples atividade, até ganhar o status de disciplina curricular chegando a ter o mesmo peso de Português e Matemática, percebemos em vários momentos sempre uma intenção específica para seus fins. É no mínimo curioso uma disciplina que ainda é tratada com certo preconceito ter sido usada com finalidades tão estratégicas em décadas passadas, vemos isso nos documentos que especificam seus fins, a exemplo da LDB de 1971 onde a ditadura militar era o sistema do Estado atual. Estava lá a Educação Física que pouco era valorizada sendo utilizada então para fins tão nobres e a benefício da Pátria, despertando um espírito de civilidade e moral aos que praticavam. Segundo Castellani (1998) em sua obra, “Educação Física no Brasil, a história que não se conta”, a mesma se prestou a servir a diversos interesses políticos nacionais.

No percurso os avanços ao longo da história em relação à Educação Física nos fazem observar que tivemos uma significativa mudança, contudo ainda é notória a necessidade de melhorias quanto ao processo de ensino aprendizagem em especial ao que se diz respeito aos conteúdos ofertados e suas expectativas “Não pretendemos excluir o desenvolvimento da aptidão física das preocupações da Educação Física. Nem o desenvolvimento de habilidades motoras por intermédio dos jogos e esportes. Correríamos o risco de descaracterizar a profissão.” (Marinho,2009).

Ao longo da história a escola sofreu várias transformações e a sociedade entende o espaço escolar como o lugar em que há uma sistematização formal dos saberes e de seus conteúdos, mesmo tendo passado por várias transformações em seus métodos de ensino ela representa até hoje a instituição onde é proliferado o saber que a sociedade julga essencial para permeá-lo junto as futuras gerações. Diante disso entendemos que a escola alicerça o que o homem deverá reproduzir em sociedade, seguindo fatalmente os conhecimentos produzidos dentro do âmbito escolar vão atender a classe dominante o que explica a forma bem particular em que a Educação Física entra nesse contexto de reprodução.

## REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, I. V. de; ALMEIDA, B. S. V.; ALMEIDA, B. S. F. *et.al.* Dificuldades encontradas na Educação Física Escolar que influenciam na não-participação dos alunos. **Revista Digital**, Buenos Aires, v. 14, n. 136, set. 2009.
- AZEVEDO, A. C. B. de; MALINA, A. O esporte pode tudo: o livro síntese do intelectual. Vitor Marinho. **Revista Brasileira de Ciência e Esporte**, Florianópolis, v. 34, n. 4, p. 1047-1051, out./dez. 2012.
- BETTI, M. **Educação Física e Sociedade**. São Paulo: Movimento. 1991.
- BETTI, M.; ZULIANI, L. R. Educação física escolar: Uma proposta de diretrizes pedagógicas. **Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte**, 2002.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: Educação física. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, 1997.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional**. LDB Lei nº 9394/96 de 20 de dezembro de 1996.
- BRASIL. Decreto-lei 705/ 69, de 25 de julho de 1969. Altera a redação do artigo 22 da Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961. **Diário Oficial da União**, 28 jul. 1969.
- CASTELLANI FILHO, L. **Política educacional e Educação Física**. Campinas: Autores Associados, 1998.
- CASTELLANI FILHO, L. **Educação Física No Brasil**: A História que não se conta. Campinas, SP: Papyrus, 1988.
- COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do ensino da Educação Física**. São Paulo: Cortez, 1992.

DARIDO, S. C.; Rangel, I. C. A. **Educação Física na escola**: implicações para a prática pedagógica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 2005.

FLICK, U. Uma Introdução a Pesquisa Qualitativa. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FLICK, U. **Uma Introdução a Pesquisa Qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre : Artmed, 2009.

KUNZ, E. **Transformação didático-pedagógica do esporte**. 2.ed. Ijuí: Unijuí, 2000.

MALINA, A.; CESARIO, S. **Esporte**: fator de integração e inclusão social? Campo Grande: Ed. da UFMS, 2009.

MARINHO, V. **O que é Educação Física**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

MARINHO, V. **O Esporte pode tudo**. São Paulo: Cortez, 2009.

MINAYO, M. C. S. S. (Org.) **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994.

PERNAMBUCO, Governo do Estado. **Parâmetros para a educação básica no estado de Pernambuco**. Recife: SEDUCPE e UNDIME-PE, 2006.

PERNAMBUCO. **Orientações Teórico Metodológicas ensino fundamental**: Educação Física; Ensino Fundamental e médio. Recife: Secretaria de Educação, 2010.

BRACHT, V. **A constituição das teorias pedagógicas da Educação Física**. 1999. **Cadernos Cedes**, ano XIX, nº 48, agosto/99

BARBOSA, R. **Reforma do ensino primário e várias instituições complementares da Instrução Pública [1883]**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1947 (Obras Completas, volume X, tomo II).

RAMOS, J. J. **Os exercícios físicos na história e na arte**. São Paulo: Ibrasa, 1982.